



Data	Tema	Acontecimento
02/11	Economia	BCE divulgou <i>Statistics Pocket Book</i> – Novembro 2005 Informação disponível em: http://www.ecb.int/pub/pdf/stapobo/spb200511en.pdf
09/11	Turismo	INE divulgou Estatísticas da Actividade Turística – Setembro de 2005 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/frames.asp?dest=d051109-2&ver=pt&cod_destaque=2736
09/11	Comércio Internacional	INE divulgou Estatísticas do Comércio Internacional - Janeiro a Agosto de 2005 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/frames.asp?dest=d051109-4&ver=pt&cod_destaque=2735
10/11	Economia	BCE divulgou o Boletim Mensal – Novembro 2005 Informação disponível em: http://www.ecb.int/pub/pdf/mobu/mb200511en.pdf
11/11	Economia	OCDE divulgou <i>OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2005</i> Informação disponível em: http://titania.sourceoecd.org/vl=4564545/cl=85/nw=1/rpsv/scoreboard/index.htm

De acordo com o Eurostat, o **nível de fiscalidade**¹ na União Europeia a vinte e cinco Estados-membros (UE25) fixou-se em 40,3% em 2003, mais 0,1 pontos percentuais (p.p.) do que no ano anterior. O nível de fiscalidade registado na UE25 situou-se, no ano em questão, 10 p.p. acima do nível dos Estados Unidos da América (EUA) e 13 p.p. acima do Japão.

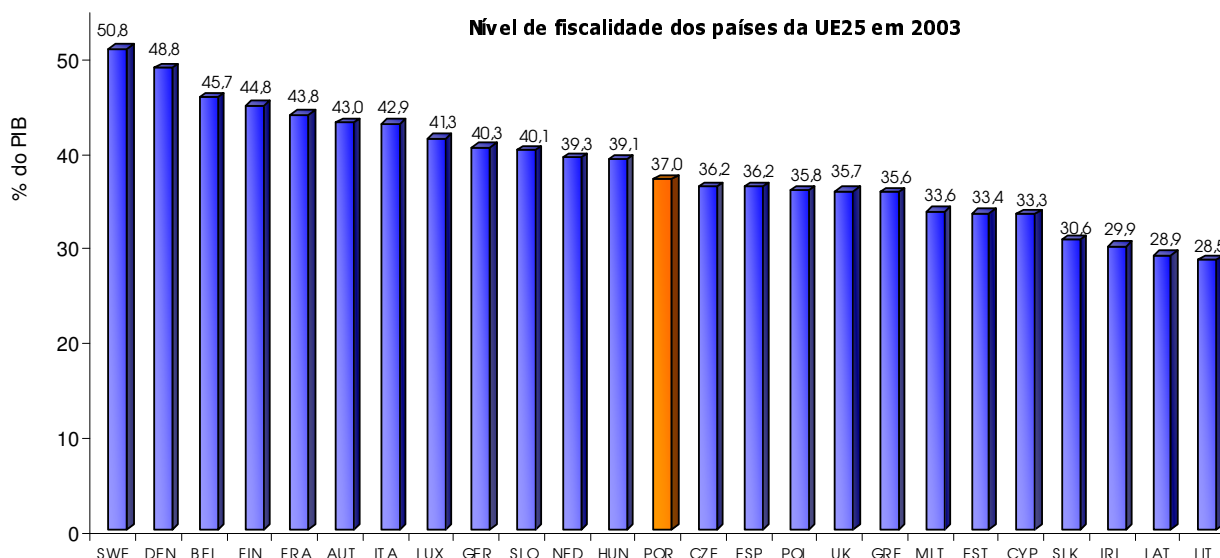
Ao nível dos Estados-membros, o nível de fiscalidade variava, em 2003, entre os 28,5% na Lituânia e os 50,8% na Suécia. A Irlanda destacou-se por ser um dos países da UE25 com um dos níveis de fiscalidade mais baixo, tendo apresentado um peso das receitas de imposto relativamente ao PIB de 29,9%, apenas superior ao da Letónia (28,9%) e ao da Lituânia.

¹ Montante total de impostos e contribuições sociais, em percentagem do PIB



Em Portugal, o nível de fiscalidade fixou-se nos 37%, consideravelmente abaixo do nível de fiscalidade médio registado na UE25 em 2003. Não obstante, Portugal foi um dos países que mais agravou o peso dos impostos no produto, entre 1995 e 2003, tendo-se verificado um acréscimo de 3,4 p.p. no período considerado. Malta, com um acréscimo de 6,7 p.p. foi o país onde o referido agravamento foi mais acentuado, continuando a registar, no entanto, um nível de fiscalidade relativamente baixo face à média comunitária, em 2003, que não ultrapassou os 33,6%.

O gráfico seguinte evidencia as diferenças no que respeita ao nível de fiscalidade dos vários Estados-membros em 2003.



Fonte: Eurostat

O Eurostat disponibilizou, pela primeira vez, informação relativa à função económica dos impostos entre os Estados-membros da União, procedendo para tal à separação dos mesmos em três funções económicas distintas (Consumo, Trabalho e Capital). A informação permite tomar conhecimento da estrutura dos impostos por função económica e a importância de cada um no total das receitas de imposto dos Estados-membros.



Assim, o imposto sobre o Trabalho era o que detinha, na generalidade dos países da UE25, maior importância no total das receitas fiscais, tendo-se registado, em 2003, um contributo médio de 51,2%. Por seu turno, o imposto sobre o Capital revelou-se geralmente menos significativo no peso das receitas fiscais, contribuindo, em média, com menos de um quinto para o total dessas receitas. O imposto sobre o Consumo, representava, nesse ano, cerca de um terço. No entanto, de acordo com a informação para o ano de 2003, existiam diferenças na estrutura dos impostos por função económica entre os vários Estados-membros da UE25, verificando-se particulares divergências entre o grupo dos países da UE15 e o grupo dos novos Estados-membros. Com efeito, nos países aderentes em 2004, o imposto sobre o Consumo detinha uma relevância mais significativa no total das receitas fiscais, enquanto o imposto de Capital detinha menor relevo. Em ambos os sub-grupos, o maior peso nas receitas fiscais era, na larga maioria dos Estados-membros, proveniente do imposto sobre o Trabalho.

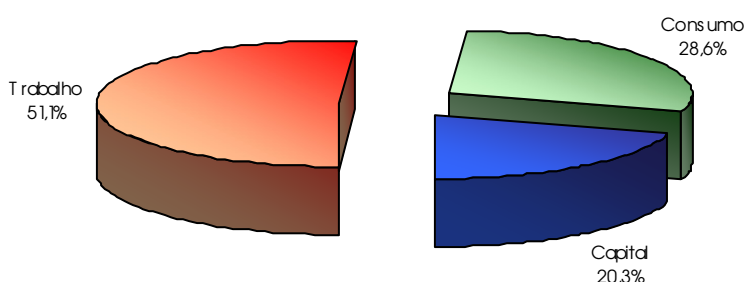
Os Estados-membros com menor nível de fiscalidade em 2003 eram, na maior parte dos casos, também os países onde o imposto sobre o Trabalho tinha um peso no total das receitas fiscais inferior à média comunitária, como aconteceu nos novos Estados-membros, com particular destaque para o Chipre (29,9%) e Malta (34,7%). Na UE15, esta situação era mais relevante na Irlanda (33,9%), no Reino Unido (39,0%), na Grécia (39,8%) e em Portugal (42,2%). O Luxemburgo constituiu uma excepção, uma vez que tendo um nível de fiscalidade acima da média dos países da UE25, registava, em 2003, um peso relativamente baixo do imposto sobre o Trabalho no total das receitas fiscais (cerca de 39,1%).

No que respeita ao imposto sobre o Capital, apesar de ser o que menos contribui para o total das receitas fiscais da maioria dos países da UE25, tem tido um peso considerável no Luxemburgo, durante os últimos anos, fixando-se nos 32,2% em 2003. Contrariamente, o imposto sobre o Capital registou um peso pouco expressivo na Suécia (11,1%), na Dinamarca (12,4%), na Alemanha (13,5%) e na generalidade dos novos Estados-Membros. Em Portugal, cerca de 23,4% das receitas totais de imposto derivaram do imposto sobre o Capital.

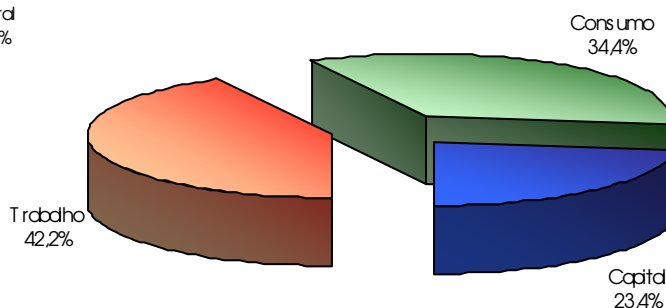


As diferenças no peso do imposto sobre o Consumo nas receitas eram, em 2003, geralmente pouco significativas entre os países da UE25. O peso desta categoria de imposto revestia particular importância em alguns dos novos países aderente à União Europeia, nomeadamente no Chipre (42,9%), na Hungria (40,1%), na Lituânia (39,8%) e na Eslováquia (39,6%). Considerando a UE 15, o imposto sobre o Consumo assumia particular relevo em Portugal (34,4%), na Grécia (35,3%), na Irlanda (37,4%) e no Reino Unido (37,9%). Os gráficos seguintes permitem comparar a estrutura dos impostos por função económica da UE25 e de Portugal.

Peso dos impostos por função económica nas receitas fiscais na UE25 em 2003



Peso dos impostos por função económica nas receitas fiscais em Portugal em 2003



Fonte: Eurostat

Por natureza de imposto, verificam-se diferenças significativas na estrutura dos sistemas tributários entre os Estados-membros. A Polónia (20,1%) e a Eslovénia (21,1%) registavam a mais baixa percentagem de impostos directos no total tributado, muito abaixo da média da UE 25 (32,7%). Por outro lado, a Dinamarca (61,1%), o Reino Unido (43,7%) e a Irlanda (41,2%), registavam as percentagens mais elevadas. Em Portugal, 25,3% dos impostos cobrados diziam respeito a impostos directos,



constituindo-se como o sexto país com menor percentagem de impostos directos cobrados no total dos impostos.

No que respeita aos impostos indirectos, Chipre, Irlanda e Portugal eram os países onde os impostos desta natureza representavam o maior peso no total de impostos, com 49,6%, 43,5% e 43,0%, respectivamente. No extremo oposto, encontravam-se a Bélgica (30,1%), a Alemanha (30,7%) e a República Checa (31,4%) com as percentagens mais reduzidas. A média da UE 25 situava-se em 34,8%.

As contribuições sociais representavam em Portugal cerca de 31,7% do total das receitas respeitantes a impostos, situando-se ligeiramente abaixo da média da UE 25 (32,7%). Os países onde as contribuições sociais eram mais significativas relativamente ao total de impostos cobrados, eram a Alemanha (42,5%), a República Checa (41,5%), e a Eslováquia (40,2%). A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido registavam, em termos relativos, os valores mais baixos, com 3,4%, 15,3% e 18,0%, respectivamente, do total de imposto cobrado nestes países.

Fonte: Eurostat – *Structures of the taxation systems in the European Union – 1995-2003*

